

ESPAÇOS E PRÁTICAS DE SOCIABILIDADE: O ASSOCIATIVISMO NO ALENTEJO DURANTE O SÉCULO XIX. NOTAS PARA O SEU ESTUDO.

Maria Ana Bernardo

"Torne-se constantemente lembrado, sugerido, citado. Seja de todas as comissões honoríficas, promotoras, iniciadoras; das associações filantrópicas, do Grémio, do Club, do Jockey-Club, do Club Naval, da Sociedade Humanitária, da Sociedade Protectora dos Animais, da Sociedade Primeiro de Dezembro, da Associação Promotora das Belas Artes".

Ramalho Ortigão, *As Farpas*

Este trecho das *Farpas*, intitulado *"Do tamanco aos arminhos"*¹ suscita, com pertinência, a reflexão sobre a importância e significado do movimento associativo na sociedade portuguesa do século XIX.

As palavras de Ramalho Ortigão dão conta da riqueza fenomenológica do associativismo, integram a participação em associações no contexto das práticas sociais de oitocentos e realçam o seu contributo para os processos de mobilidade social, definição de redes de relações, reconhecimento público e aquisição de notoriedade.

Porém, se o associativismo fazia parte integrante das práticas sociais no último quartel do século XIX, deve acentuar-se que a vitória liberal de 1834 foi fundamental no sentido de proporcionar as condições jurídico - institucionais adequadas à criação de associações voluntárias, nomeadamente as orientadas para objectivos de recreio e convivialidade².

O enquadramento jurídico das associações só ficou devidamente explicitado quando da publicação do Código Civil de 1867. O artº 359 enunciava que o direito de associação fazia parte dos *"direitos originais, os quais resultam da própria natureza do homem, e que a lei civil reconhece, e protege como fonte e origem de todos os outros"*, considerando-se, no artº 365, que *"o direito de associação consiste na faculdade de pôr em comum os meios ou esforços individuais, para qualquer um, que não prejudique os direitos de outrem ou de sociedade"*³. Este último aspecto articulava-se directamente com o que já tinha sido expresso no Código Penal de 1852, onde se prescrevia que as associações apenas podiam ter existência legal desde que precedidas de autorização do governo, segundo as condições que o mesmo julgasse conveniente, tratassem elas de assuntos religiosos, políticos, literários ou de qualquer outra natureza⁴.

No entanto, até que a sistematização jurídica da sociedade liberal portuguesa se consubstanciasse numa diversidade de códigos, a existência legal das associações dependia, na essência, da evolução da conjuntura política e publicação de Decretos e Portarias, sancionando-se, mediante o preenchimento de requisitos a que os estatutos respondiam, situações de facto.

Na brecha da ambiguidade liberal entre a desconfiança pelos grupos e o respeito pelos direitos do cidadão, emergia um associativismo que, pela vertente voluntária, pelos objectivos de cultura e recreio e pelas actividades que proporcionava, se afirmava como espaço privilegiado - embora não exclusivo — para as práticas de sociabilidade, entendidas enquanto dimensão *"ludique de la socialization"*⁵. Ou seja, como uma necessidade relacional alheia às contaminações da vida material que, mediante a valorização dos aspectos agradáveis das relações humanas, a fruição da presença do outro e a reciprocidade, permite dos agentes em relação reconhecerem-se entre si como iguais.

Mas as práticas sociais, entre elas as de sociabilidade, apenas se tornam completamente

inteligíveis se consideradas no âmbito dos espaços dos estilos de vida. Quer isto dizer que as sociabilidades, precisamente porque põem em relevo os aspectos psicológicos que compatibilizam as relações, acabam por funcionar como um mecanismo eficaz de legitimação das posições e de afirmação das distâncias e identificações que atravessam os diferentes universos sociais. As propriedades actuantes e estruturadoras das relações estão lá, escondidas pelo manto diáfano das formas, transmutadas em diversidade lúdica plena de significação simbólica.

Em Portugal, pelas razões mencionadas, o surto de associações voluntárias com objectivos de cultura e recreio teve início durante a década de trinta do século XIX, sendo nomeadamente as fundadas em Coimbra e Lisboa exemplos desse fenómeno⁶. Quanto ao Alentejo, pode afirmar-se que Évora, nomeadamente, integrou a fase inicial do movimento.

Em 1837 fundou-se o *Círculo Eborense*, uma associação que visava "*a honesta convivência dos sócios e sua famílias [sem se constituir] em caso algum órgão de objectos políticos ou religiosos*"⁷. Como os estatutos indicavam, a convivialidade era o objectivo fundamental desta associação que, para poder ter existência legal, explicitava o distanciamento em relação aos aspectos que a legislação liberal considerava com desconfiança.

Dois anos mais tarde aparecia a *Sociedade União Eborense*⁸ e, na transição da primeira para a segunda metade do século, fundou-se a *Sociedade Harmonia Eborense*⁹. À semelhança do mencionado nos estatutos do *Círculo*, também estas associações prosseguiram objectivos de natureza cultural e recreativa, traduzidos no exercício de múltiplas actividades: a leitura de jornais e outro tipo de obras, a troca de ideias, os jogos, — em princípio apenas os lícitos¹⁰ — ou, mais pontualmente, as sessões musicais, os bailes, as representações teatrais e até as palestras sobre assuntos considerados de interesse. Deste conjunto de actividades há que destacar, pela sua importância, a leitura dos periódicos. As respectivas listas de assinaturas apontavam para a procura de conhecimentos sobre a vida local, nacional e até internacional e, normalmente, a sede da sociedade compreendia um espaço denominado por sala de leitura onde se disponibilizavam, conjuntamente com outros escritos, os jornais e revistas que tinham sido recebidos. Em muitos casos, esta oferta de informações seria a mais segura e regular possibilidade de os sócios se manterem a par do que se passava no país e no mundo. António Francisco Barata ao descrever sucintamente as actividades que ocorriam nestas associações evidenciou precisamente a importância da leitura¹¹. Não será difícil conceber que uma tal prática criava, entre os sócios, oportunidades de debate a que não seriam alheias as questões de ordem política — mesmo se, pelo explicitado nos estatutos, tal objectivo estivesse fora dos seus horizontes.

Realce-se, porém, que só tinham acesso diário à «casa da associação» os indivíduos que, sendo "*cidadão[s] moral e civilmente bem reputado[s]*"¹², tivessem sido aprovados como sócios e pagassem regularmente as quotas devidas. As associações orientadas para a cultura e recreio existentes em Évora até meados de oitocentos inscreviam-se, assim, no âmbito das práticas de sociabilidade selectivas, legitimadas pela exigência de competências/qualidades que o grupo dos associados responsável pela aprovação interna dos estatutos definia como as mais adequadas, e a que se juntava a obrigatoriedade de uma contribuição financeira regular — igualmente susceptível de definir fronteiras e condicionar possibilidades de acesso. Mas o carácter selectivo destas sociabilidades patenteava-se ainda no facto de apenas os homens poderem figurar na lista dos sócios. De acordo com o prescrito pelos estatutos, as mulheres só esporadicamente tinham acesso a estes espaços de sociabilidade masculina, franqueando as portas da associação quando esta

organizava "reuniões de família [que contribuíam para] a doçura dos costumes [e] honesta convivência dos dois sexos"¹³. Normalmente isso acontecia por ocasião das sessões musicais, bailes ou récitas teatrais. As outras actividades restringiam-se ao universo masculino e cimentavam — virtualmente — relações de convivalidade quotidiana, com fronteiras sociais e espaciais relativamente definidas.

De facto, as sociedades — termo que designava correntemente este tipo de associações — apareciam como espaços intermédios entre a estrita privacidade das vivências domésticas e os locais que, situando-se ou não ao ar livre, possibilitavam uma acessibilidade de menores restrições¹⁴. A cidade recortava-se numa multiplicidade de nichos que, em última análise, traduziam os diferentes objectivos, necessidades e práticas dos grupos que a habitavam. O espaço físico da cidade era, em simultâneo, um espaço socialmente apropriado, no qual, "por um processo de nidificação, os pequenos grupos e microssociedades recorta[vam] no espaço público lugares reservados ao seu funcionamento e aos seus conciliábulos"¹⁵.

No entanto, foi necessário esperar pelo último quartel do século XIX, e especialmente pela década de noventa, para que em Évora o associativismo voluntário de cariz cultural e recreativo ganhasse novo fôlego. Em 1888, o Governador Civil do Distrito enviou aos Administradores de Concelho uma circular em que solicitava informações sobre "todo e qualquer facto extraordinário e digno de menção que suceda no concelho a seu cargo, seja qual fôr a natureza d'elle: como por exemplo, reuniões que se effectuem, quer com fins politicos ou de interesse particular, ou ainda para melhoramentos publicos; devendo outrosim V. Sa enviar, o mais breve possível, uma relação de todas as associações existentes n'esse concelho quer sejam de recreio, politicas, de socorros mutuos, de piedade ou beneficencia, ou com fins de utilidade geral ou mesmo particular [...]"¹⁶.

A resposta do Administrador do Concelho de Évora alinha, no grupo das associações com carácter recreativo, as seguintes: *Círculo Eborense*, *Sociedade União Eborense*, *Sociedade Harmonia Eborense* e *Grupo de Amadores de Música Academia de Minerva*¹⁷. A inovação da primeira para a segunda metade do século foi a fundação de uma banda filarmónica, a qual ficou a dever-se a vicissitudes da política local e teve vida efémera¹⁸.

Em 1892, novamente o Governador Civil manifestou interesse em obter um balanço das associações do distrito, nomeadamente os fins a que se destinavam e a respectiva situação estatutária. Na cidade de Évora, para além das relativas à primeira metade de oitocentos, os registos oficiais acrescentavam, no campo do associativismo com objectivos de recreio e convivência, o *Real Grupo de Amadores de Música*, o *Grupo Dramático Mendes Leal*, a *Associação Comercial* e a *Sociedade Recreio Familiar*¹⁹.

Na transição do século XIX para o século XX a imprensa local²⁰ desdobrou-se em notícias sobre novas associações que, embora acantonadas no âmbito do associativismo de cultura e recreio, deixavam antever uma certa especialização funcional: a *Sociedade Camilo Castelo Branco*, a *Sociedade Almeida Garrett*, a *Sociedade Grupo de Recreio 1º de Dezembro*, o *Grupo Recreativo Dramático Mocidade Eborense* e a *Sociedade Operária Recreativa Joaquim António d'Aguiar*, dedicavam especial atenção ao teatro, embora também proporcionassem outro tipo de divertimentos, nomeadamente os bailes; o *Club Velocipedista* e o *Ciclo Club d'Évora* congregavam os adeptos das práticas velocipédicas; o *Grupo União de Caça e Pesca* explicitava, pela própria denominação, os interesses dos seus sócios; a *Associação da Tuna Académica* interessava o universo estudantil e dava relevo à actividade musical.

Atentando nas respectivas designações, parece delinear-se uma crescente especialização

funcional no que diz respeito às actividades que desenvolviam. As suas finalidades continuavam a ser, genericamente, o recreio e a instrução, mas, enquanto as associações mais antigas apontavam para a constituição de espaços globais de lazer, onde despontavam diversas práticas consoante a vontade e iniciativa dos sócios, as mais recentes tendiam privilegiar áreas específicas, fossem elas a música, o teatro ou ainda as actividades desportivas. É certo que algumas destas actividades já estavam contempladas nos estatutos das associações da primeira metade de oitocentos, mas o desporto, por exemplo, constitui uma novidade a relacionar com a própria evolução do quadro da vida material.

A vertente associativa de cariz cultural e recreativo ganhou expressão no meio eborense e suscitou interesse — e virtual adesão — num crescente número de indivíduos. Nesse sentido apontam também os estudos realizados em relação a Coimbra²¹, Figueira da Foz e Buarcos²² onde, na segunda metade do século XIX, o associativismo em geral, e o de natureza cultural e recreativa em particular, se desdobrou em associações que dinamizavam actividades diversas e polarizavam o interesse de diferentes sectores da população. Ramalho Ortigão deixou também o seu testemunho dos *"espantosos progressos do espírito de associação no Porto"*²³ durante a década de oitenta do século XIX, enumerando várias sociedades recreativas cuja denominação demonstra a existencia de práticas específicas e diversificadas e salientando que pelo menos uma delas foi fundada por operários.

A teoria da *"circulação dos modelos"*²⁴ permitirá, por ventura, contribuir para a compreensão deste multiplicar de associações: a imitação dos códigos de comportamento e das práticas, não se coloca apenas entre a aristocracia e a burguesia mas também entre os diversos estratos que compõem esta última e mesmo em relação ao que, genericamente, podemos classificar como grupos populares²⁵.

Mas existe um outro referente que não pode deixar de ser mencionado face ao florescimento associativo em fins de oitocentos: a difusão dos ideais republicanos. O republicanismo pugnava pelo desenvolvimento do associativismo²⁶ e, na *"vasta rede de agremiações, desde as que apresentavam um cunho especificamente político às que, a par desta característica, se destinavam também a cultura e recreio, residia um dos mais eficazes meios de penetração e divulgação dos princípios do PRP"*²⁷. Os dados recolhidos sobre o universo eborense não permitem afirmar que existe uma relação directa entre a irrupção associativa eborense e a estratégia republicana, mas a coincidência conjuntural justifica que se levante a questão. As comemorações camonianas de 1880 protagonizadas pelo partido republicano, permitiram a este um fôlego redobrado durante o desenrolar da década, ao mesmo tempo que suscitaram do poder político instituído uma vigilância constante sobre as suas actividades propagandísticas²⁸.

A título de hipótese, pode mesmo conceber-se que a evolução do associativismo voluntário em Évora corresponde, por um lado, a uma crescente diferenciação social neste universo citadino, e por outro, a uma especificidade da conjuntura política portuguesa de final do século. Acresce a isto uma permeabilidade cada vez maior do liberalismo para incorporar este tipo de fenómenos, como se à crispação da fase de implantação, traduzida numa atitude de desconfiança face às associações, se seguisse uma solidez capaz de absorver de forma menos constringedora — e por isso com uma maior flexibilidade jurídica — as manifestações da sociedade civil. O que não significava, evidentemente, um afrouxar da vigilância face aos aspectos virtualmente subversivos do associativismo — atente-se no sentido das circulares emanadas pelo Governo Civil de Évora em 1888 e 1892.

Mas importa também estabelecer comparação entre a evolução do movimento associativo na cidade de Évora com o que se passava em outras aglomerações populacionais do distrito:

Número de associações recreativas em cada concelho do distrito de Évora

Datas	1888	1892
Concelhos		
Alandroal	-	1
Arraiolos	3	3
Borba	4	4
Estremoz	4	6
Évora	4	6
Montemor	3	3
Mora	1	-
Mourão	2	-
Portel	1	1
Redondo	2	2
Reguengos	5	3
V. do Alent.	3	3
Vila Viçosa	3	3
Total	35	35

Fontes: A.D.E. - N.G.C., maços 338 e 436

Conforme se constata, o fenómeno do associativismo voluntário de raiz cultural e recreativa era um dado comum a todo o distrito, embora com incidência desigual²⁹. Do conjunto destacam-se Évora e Estremoz, administrativamente enquadradas na categoria de cidades, cuja dinâmica é semelhante; em relação aos restantes núcleos populacionais, a tónica fundamental é a estabilidade registada durante o período em análise. Outro aspecto importante, embora não evidente pela leitura do quadro, é o facto de a vida associativa se concentrar preponderantemente nos núcleos populacionais sedes de concelho.

Maurice Agulhon considera, para o caso francês, que a implantação e difusão deste tipo de associações se fez preferencialmente num quadro de habitat de tipo urbano, tornando assim o associativismo de vertente cultural e recreativa uma vivência própria dos núcleos urbanos e indissociavelmente ligada às características da vida burguesa³⁰.

Deste ponto de vista importa então salientar que, não obstante a peculiaridade da urbanização portuguesa³¹, Évora participava, no que diz respeito às características do estilo de vida de alguns dos seus habitantes, dos sinais da contemporaneidade. A cidade registava uma similitude de modelos e um percurso que, neste aspecto, se aproximava bastante do que ocorria em outras regiões da Europa de perfil marcadamente urbano. Esta conclusão pode estender-se também aos outros aglomerados populacionais que eram sedes de concelho, embora os dados recolhidos não me permitam estabelecer com segurança as datas de fundação das associações que neles foram surgindo.

Em relação a outras regiões do Alentejo, embora não se possa afirmar que elas registaram uma evolução idêntica, deve dizer-se que são visíveis os indícios de que também aí o associativismo voluntário com objectivos de cultura e recreio era conhecido.

Um diário de viagem datado de 1867³², exemplifica o que afirmei anteriormente. Carlos Bastos, assim se chamava o viajante, tinha residência em Lisboa mas deslocou-se, conjuntamente com a esposa e o pai, a Beja. Aqui, depois de instalado em casa de um amigo, dedicou o seu tempo a fazer e receber visitas, a assistir às comemorações do Corpo de Deus e a conhecer a própria cidade. Em tais deambulações, o *Club Bejense* tornou-se um ponto de referência frequentemente citado, sendo descrito como um espaço agradável onde existia um "*bom bilhar [...] uma sala de baile formidável*"³³, e onde os homens passavam o tempo lendo, jogando ou conversando. Numa das diversas ocasiões em que foi até à casa do *Club*, o visitante teve oportunidade de encetar conversa com um indivíduo que era deputado por Mértola e com o Governador Civil do distrito;

também participou de um baile que ali se realizou, ficando impressionado com a delicadeza dos presentes e esmero do serviço. Assim, também Beja, em 1867, possuía pelo menos uma associação com características comuns a algumas das existentes em Évora. Este testemunho, note-se, não possibilita uma perspectiva global sobre a situação e evolução do associativismo voluntário de natureza cultural e recreativa na cidade ou no distrito de Beja mas, em compensação, permite-nos verificar de que modo estas práticas de sociabilidade tinham entrado no quotidiano de alguns sectores da população bejense, nomeadamente os que dispunham de tempo livre e possibilidades financeiras para participarem condignamente nalguns eventos que aí ocorriam. Quando se deslocou de Beja para Évora, Carlos Basto foi igualmente conhecer o Círculo Eborense e, pela descrição que nos deixou, pode afirmar-se que eram duas associações com objectivos e actividades muito semelhantes. Estes dados evidenciam que ambas as capitais de distrito partilhavam, na segunda metade de oitocentos, da dinâmica do associativismo voluntário de natureza cultural e recreativa comum a outras regiões do país, seja do ponto de vista funcional ou das características sociológicas dos seus frequentadores.

Mas esta pesquisa sobre a vida de sociabilidade no Alentejo não podia deixar de passar, também, pelos escritos de João Maria Parreira Cortez, alentejano de Serpa³⁴. O abastado lavrador e proprietário daquele concelho, do qual foi também Administrador Substituto, legou-nos um precioso testemunho sobre os mais diversos aspectos da sua vida material e de relação, entre os quais é possível destringir a vertente de sociabilidade, nomeadamente no que diz respeito à fruição das actividades que decorriam nas associações culturais e recreativas. Nesses escritos, Parreira Cortez registou como em inícios de 1869, um baile no *Club* motivou, por parte de algumas famílias da terra, manifestações de inveja face ao vestuário com que sua esposa se tinha apresentado; trajos que, de resto, ele considerava "*condignos com a [sua] posição*"³⁵. Este representante da "*burguesia [de] encarnação «rural»*"³⁶, participava nas práticas de sociabilidade da vila em que tinha residência acorrendo aos bailes do *Club* e, dessa prática, nasciam as pequenas intrigas da vida de relação, neste caso envolvendo a sua esposa e a família de um médico da localidade. O episódio, aparentemente inócuo, revela-se de significativa importância para a nossa perspectiva de análise: Serpa, sede de concelho, possuía, no final da década de sessenta do século XIX, um *Club* onde se promoviam actividades de natureza recreativa; em relação ao perfil sociológico dos seus frequentadores é possível individualizar a família de um importante lavrador e proprietário terratenente e outra cujo chefe possuía formação académica superior e, possivelmente, exercia actividade liberal; para além destes aspectos, o termo de designação daquele espaço, frequentemente utilizado a propósito do Círculo Eborense, suscita a hipótese de que se trataria de uma associação com características funcionais semelhantes, propiciadora de oportunidades de convívio e encenações mundanas em que, por vezes, emergiam indícios das tensões que atravessavam o grupo dos frequentadores.

As informações careadas até ao momento sobre a questão do associativismo de raiz cultural e recreativa em Portugal, permitem considerar que o mesmo se estendia a diversas regiões do país, dando origem a práticas de sociabilidade que apontavam para características de estilos de vida que se sobrepunham às disparidades e distâncias entre província e capital ou litoral e interior, no que respeita a outros aspectos da realidade portuguesa da segunda metade de oitocentos. O dado era visível, independentemente da sua magnitude e tendência evolutiva, em Lisboa e no Porto, mas também em Coimbra, na Figueira da Foz, em Elvas³⁷, Beja, Serpa e todas as sedes de concelho do distrito de Évora. Pode, no entanto, acrescentar-se que as inventariações em relação ao Porto, Coimbra, Figueira da Foz e Évora, deixam transparecer um percurso em que as últimas duas décadas do século XIX se caracterizaram por uma proliferação das associações daquela natureza, as quais englobavam uma gama de actividades mais variada e polarizavam os interesses de segmentos

diferenciados da população. Reitere-se aqui a hipótese deste percurso ter raízes tanto na evolução das condições da vida material como na especificidade da conjuntura política portuguesa de final do século XIX.

O associativismo voluntário, laico, de objectivos culturais e recreativos tornou-se um modelo da vida colectiva, inicialmente de tonalidade burguesa e progressivamente difundido entre outros segmentos da população urbana que, ao ser apropriado pelos diferentes grupos, se revestia das suas marcas distintivas e de distinção: uma forma, no sentido simmeliano do termo, cujos conteúdos eram inscritos pelos diversos agentes sociais, no âmbito do processo de apropriação.

De resto, também em outras regiões da Europa — nomeadamente na Inglaterra, França, Alemanha, Suíça, Itália e Espanha — e nos Estados Unidos, as investigações relativas a esta temática apresentam o associativismo voluntário de vertente cultural e recreativa como uma forma de sociabilidade de especial vitalidade no século XIX, ganhando crescente importância e novos adeptos ao longo deste período. Dos diversos estudos ressaltam, para além das peculiaridades e ritmos próprios a cada país ou região, alguns traços comuns que são fundamentais para a compreensão do fenómeno³⁸:

1. Estas associações emergem na ampla grelha das práticas de sociabilidade, em grande parte oriunda de épocas anteriores, acrescentando-lhe um factor de complexidade e contribuindo para tornar mais densa a rede existente.

2. Fazem parte das chamadas sociabilidades formais, uma vez que a sua fundação e vigência se estrutura segundo princípios e regras estatutariamente definidas e conformes ao aparelho jurídico nacional.

3. Inserem-se na tendência de uma crescente racionalização e apropriação funcional do espaço urbano, sobre o qual os diferentes grupos recortam, delimitam e inscrevem as marcas operativas da construção da sua identidade social.

4. Enquadram-se na teoria da circulação de modelos, constituindo um dado da vida colectiva que tende a difundir-se do topo para a base da hierarquia social — as primeiras associações deste tipo são dinamizadas geralmente por burgueses ou aristocratas operando-se depois uma apropriação das suas características formais por parte de outros grupos; a par desta contaminação que atravessa o universo social em sentido vertical, ocorre uma outra que conduz à sua expansão geográfica, por um processo de imitação que parte dos centros urbanos mais importantes para os de menor expressão.

5. Proporcionam práticas de sociabilidade selectivas, especialmente na sua configuração burguesa, dado que os critérios de admissão prescritos nos estatutos impunham filtros de ordem sociológica e financeira que excluía todos os indivíduos que não correspondiam ao perfil traçado; mas são também selectivas na medida em que constituíam, nomeadamente, ilhas de sociabilidade marcadamente masculina, traduzindo todo um conjunto de alterações, quer do ponto de vista económico quer político, que tornaram o espaço doméstico uma zona essencialmente privada, de modo a que a convivialidade mundana masculina passou a desenrolar-se preferencialmente fora desta matriz, de tonalidade fortemente afectiva e feminina.

6. Consideram ainda diversos autores, que o impulso do associativismo voluntário do século XIX, no qual se englobam as associações culturais e recreativas, apareceu como uma forma inovadora de organização da vida colectiva, traduzindo o esboroar dos critérios de hierarquização e organização da sociedade de ordens, face aos condicionalismos da sociedade liberal e burguesa. A associação surge, neste contexto, não apenas como uma resposta ao enfraquecimento das antigas solidariedades orgânicas, mas também como uma marca da especificidade burguesa, que encontra o seu espaço de afirmação no percurso que vai do indivíduo ao estado, do privado ao público.

Notas:

- 1 Ramalho Ortigão, *As Farpas*, vol. VI, Lisboa, 1991, p.177.
- 2 Cf. Maria de Lurdes Lima dos Santos, "Sociabilidade, comunicação e aprendizagem", *Portugal Contemporâneo 1820-1851*, (António Reis dir.), Lisboa, 1990, pp. 366-370.
- 3 *Código Civil Português. Nova edição acrescentada com a legislação posterior ao mesmo código e um repertório alfabético*, Porto, 1868, p.52.
- 4 Cf. Fernando Piteira Santos, "Direito de associação", *Dicionário de História de Portugal*, vol.I, Porto, 1984, pp.236-238.
- 5 Cf. Georg Simmel, *Sociologie et Épistemologie*, Paris, 1981, p. 125.
- 6 Cf. Maria de Lurdes Lima dos Santos, *op. cit.*, 1990, pp. 366-370.
- 7 Estatutos do Círculo Eborense, Título 1º: Dos sócios - Artº 1º. Esta associação licou legalmente constituída através da Portaria Régia expedida pela 3ª Repartição do Ministério do Reino, em 9/1/1837, que aprovou os estatutos (informação recolhida no maço de correspondência do Círculo Eborense).
- 8 *Collecção de leis e outros documentos officiaes publicados no ano de 1839*, nona série, Lisboa, 1839.
- 9 Cf. Manuel Carvalho Moniz, *A Praça do Giraldo*, Évora, 1984, pp.199 - 200.
- 10 A polémica sobre os malefícios do jogo, principalmente o de azar e envolvendo importantes somas de dinheiro, aparecia periodicamente na imprensa eborense. As críticas e as acusações apontavam certos grupos e certas sociedades mas nunca identificavam explicitamente os visados. No entanto, a crer nas palavras de António Francisco Barata (*Noites de Évora*, nº 1, Évora, 1897, pp.3-4), as sociedades recreativas eram, frequentemente, palco desse tipo de actividades.
- 11 Cf. António Francisco Barata, *op. cit.*, p.3.
- 12 O requisito, transcrito dos estatutos da Sociedade União Eborense, era comum, ainda que por outros termos, a qualquer uma das outras sociedades culturais e recreativas fundadas em Évora na primeira metade do século XIX.
- 13 O exemplo foi retirado dos Estatutos da Sociedade União Eborense, no entanto este especto aparece como uma característica comum a este tipo de associações, o que permite a sua caracterização como espaços de sociabilidade masculina por excelência.
- 14 A frequência dos teatros, do Passeio Público e de outras festividades e comemorações de cariz laico ou religioso não apresentavam constrangimentos de acesso tão selectivos quanto os previstos nos estatutos das associações eborenses identificadas até meados do século.
- 15 Michelle Perrot, "Maneiras de habitar", *História da Vida Privada. Da Revolução à Primeira Guerra*, vol. 4, Philipp Ariès e Georges Duby (dir.), Porto, 1990, p.307.
- 16 Cf. A.D.E. - N.G.C., 1888, maço nº 388.
- 17 Cf. A.D.E. - N.G.C., 1888, maço nº 388.
- 18 Segundo informação do *Manuelinho d'Évora* (1881/06/24), este grupo apareceu como o resultado de uma cisão entre os elementos da Banda Filarmónica Alunos de Minerva, motivada por alterações políticas entre Progressistas e Regeneradores; o mesmo jornal notícia, em 1882/10/10, a actuação, na Praça do Giraldo, de uma denominada Banda Filarmónica 1º de Dezembro, mas em 1888 o Administrador do Concelho já não faz referência a ela o que, de acordo com Silva Godinho ("Temas oitocentistas eborenses", *Cidade de Évora*, nº 67-68, 1984-1985, pp.39-67), ficou a dever-se à sua extinção, por volta de 1887.
- 19 A.D.E. - N.G.C., 1892, maço 436.
- 20 Cf. o jornal *Manuelinho d'Évora*, em 1895/08/20, 1899/01/9, 1900/09/08, 1895/08/25, e 1896/06/30 e o jornal *Alvorada*, em 1903/07/22, 1904/01/27 e 1904/03/10. A Associação da Tuna Académica nasce da Associação Filantrópica Academia Eborense e aparece como o grande acontecimento do 1º de Dezembro de 1900 (cf. J. M. Monarca Pinheiro, *Memória do Liceu*, Évora, 1991, p.33).
- 21 Cf. João Lourenço Roque, "Coimbra de meados do séc. XIX a inícios do séc. XX. Imagens de sociabilidade urbana", *Revista de História das Ideias*, vol. 12, 1990, pp. 301-337.
- 22 Rui de Ascensão Ferreira Cascão, *Permanência e mudança em duas comunidades do litoral: Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910*, vol.II, (Tese de doutoramento, policopiada), Coimbra, 1989, pp.809-818.
- 23 Cf. Ramalho Ortigão, *As Farpas I*, Lisboa, 1986, pp.151.
- 24 Cf. Norbert Elias, *O Processo Civilizacional*, vol.II, Lisboa, 1990, p.244.
- 25 Sobre a questão da imitação do modelo do associativismo burguês por parte dos grupos populares veja-se o capítulo "La sociabilità di Maurice Agulhonn", in *Forme di sociabilità nella storiografia francese contemporanea*, Maria Malatesta e Giuliana Gemelli (int. e dir.), Milano, 1982, pp.65-68.
- 26 Cf. A. H. de Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa. Alguns aspectos estruturais*, Lisboa, 1975, p.66 e 70.
- 27 Maria Cândida Proença e António Pedro Manique, "Da reconciliação à queda da monarquia", *Portugal*

- Contemporâneo 1851-1910*, (António Reis dir.), Lisboa, 1991, p.95.
- 28 Já em 1882, o Governador Civil de Lisboa, "com o intuito de controlar as actividades dos republicanos", exigira aos centros políticos da capital que submetessem os estatutos à aprovação do governo, o que obrigou os clubes republicanos a registarem-se como associações de recreio e beneficência (cf. Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista 1868-1890*, Lisboa, 1991, pp. 128-129).
- 29 A relativa proximidade das datas dos inquéritos não permite perceber claramente qual a tendência evolutiva do fenómeno associativo no plano distrital dado que, se considerarmos a hipótese de algum paralelismo entre o que aconteceu em Évora e o ocorrido nos outros concelhos, os últimos cinco anos do século XIX e os primeiros do século XX foram especialmente férteis em movimentações desta natureza.
- 30 Cf. Maurice Agulhon, *Le cercle dans la France bourgeoise 1810-1848*, Paris, 1977, pp.32-34.
- 31 Cf. David Justino, *A formação do espaço económico nacional, 1810-1913*, vol.I, Lisboa, 1988, pp. 63-373.
- 32 Carlos Basto, *Viagem a Beja e Évora em 20 de Junho de 1867*, 3 vols. (manuscrito inédito).
- 33 *Idem*, vol.II, p. 20.
- 34 O estudo dos escritos deste lavrador e proprietário do concelho de Serpa, que viveu entre 1832 e 1889, foi feito por A. C. Matos, M. C. Andrade Martins e M. L. Bettencourt, *Senhores da terra. Diário de um agricultor alentejano (1832-1889)*, Lisboa, 1982.
- 35 *Idem*, p.146.
- 36 Foi assim que na introdução ao livro *Senhores da Terra* [...] (p.12) Jaime Reis caracterizou sociologicamente Parreira Cortez.
- 37 Sobre a vida de sociabilidade em Elvas e sobre a importância e significado do associativismo de objectivos culturais e recreativos, nomeadamente do *Círculo Elvense*, cfr. Rui Cascão, "Vida quotidiana e sociabilidade", *História de Portugal. vol. V: o Liberalismo (1807-1890)*, (José Mattoso dir.), Lisboa, 1993, p. 528.
- 38 As referências que se seguem ilustram alguns dos estudos realizados em diversos países sob a temática do associativismo voluntário — em especial o de vertente cultural e recreativa —, sobre os quais me baseei para elaborar a sistematização apresentada no corpo do trabalho:
- Inglaterra: Crane Brinton "Clubs", *Encyclopedia of the Social Sciences*, Vol. III, New York, 1931, pp.573-577; Peter Bailey, *Leisure and class in victorian England 1830-1885*, London, 1978, pp. 57-80; 106-123.
 - França, Alemanha e Suíça: além da obra de Maurice Agulhon, *Le cercle dans la France bourgeoise*, Paris, 1977, e *Forme di sociabilità nella storiografia francese contemporanea*, G. Gemelli e M. Malatesta (introd. e dir.), Milano, 1982. Existem publicações que são o resultado de encontros de trabalho entre investigadores dos países mencionados, nomeadamente: *Sociabilité et société bourgeoise en France en Allemagne et en Suisse 1750-1850*, (Et. François dir.), Paris, 1936; *Sociétés et sociabilité au XIXe siècle*, Colloque A l'Université de Lausanne, Lausanne, 1986; *Sociabilité, Pouvoirs et Société*, Actes du Colloque de Rouen 24/26 Novembre 1983, (dir. Françoise Thelamon), Rouen, 1987.
 - Itália: *Sociabilità nobiliare, sociabilità borghese*, (a cura di Maria Malatesta), Cheiron, n°9/10, 1989.
 - Espanha: Antonio-Miguel Bernal et Jacques Lacroix, "Aspects de la Sociabilité Andalouze. Les associations sevillanes (XIX-XXe S.)", *Melanges de la Casa de Velasquez*, t. XI, Paris, 1975, pp. 435-507; Gary Wray McDonogh, *Las buenas familias de Barcelona Historia social de poder en la era industrial*, Barcelona, 1989, pp. 242-262.

Bibliografia citada

Fontes:

- A.D.E. - N.G.C.: Estatística - Associações, 1888, maço n° 388; 1892, maço n° 436.
- A Alvorada*, Évora, 1903 -1904.
- BARATA, António Francisco, *Noites de Évora*, n° 1, Évora, 1897.
- BASTO, Carlos, *Viagem a Beja e Évora em 20 de Junho de 1867*, 3 vols. (manuscrito inédito).
- Código Civil Portuguez. Nova edição acrescentada com a legislação posterior ao mesmo código e um repertório alfabético*, Porto, 1868.
- Collecção de leis e outros documentos officiaes publicados no ano de 1839*, Nona série, Lisboa, 1839.
- Estatutos da Sociedade União Eborense*, Évora (Arquivo da Sociedade União Eborense).
- Estatutos do Círculo Eborense*, Évora (Arquivo do Círculo Eborense - maço de correspondência).
- GODINHO, Silva "Temas oitocentistas eborenses", *Cidade de Évora*, n° 67-68, 1984-1985. *Manuelinho d'Évora*, Évora, 1881 - 1900.
- MONIZ, Manuel Carvalho, *A Praça do Giraldo*, Évora, 1984.

ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas*, vol. I, Lisboa, Clássica Editora, 1986.
ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas*, vol. VI, Lisboa, Clássica Editora, 1991.

Estudos:

- AGULHON, Maurice, *Le cercle dans la France bourgeoise 1810-1848. Etude d'une mutation de sociabilité*, Paris, Armand Collin, 1977.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista 1868-1890*, Lisboa, DIFEL, 1991.
- BAILEY, Peter, *Leisure and class in victorian England 1830-1885*, London, Routledge, 1978.
- BERNAL, Antonio-Miguel et LACROIX, Jacques, "Aspects de la Sociabilité Andalouze. Les associations sevillanes (XIX-XX^e s.)", *Melanges de la Casa de Velasquez*, t. XI, Paris, 1975.
- BRINGTON, Crane, "Clubs", *Encyclopedia of the Social Sciences*, Vol.III, New York, 1931.
- CASCÃO, Rui de Ascensão Ferreira, *Permanência e mudança em duas comunidades do litoral: Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910* (tese de doutoramento, policopiada), Coimbra, Universidade de Coimbra, 1989.
- CASCÃO, Rui, "Vida quotidiana e sociabilidade", *História de Portugal. vol. V: o Liberalismo (1807 -1890)*, (José Mattoso dir.), Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993.
- ELIAS, Norbert, *O Processo Civilizacional*, vol.II, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1990.
- FRANÇOIS, Étienne (dir.), *Sociabilité et société bourgeoise en France en Allemagne et en Suisse 1750-1850*, Paris. Ed. Recherche sur les Civilisations, 1986.
- JUSTINO, David, *A formação do espaço económico nacional, 1810-1913*, vol.I, Lisboa, Vega, 1988.
- MALATESTA, Maria e GEMELLI, Giuliana (int. e dir.), *Forme di sociabilità nella storiografia francese contemporanea*, Milano, Feltrinelli, 1982.
- MALATESTA, Maria, (dir.), "Sociabilità nobiliare, sociabilità borghese", *Cheiron*, n°9/10, 1989.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Primeira República Portuguesa. Alguns aspectos estruturais*, Lisboa, Horizonte, 1975.
- MATOS, A. C., ANDRADE MARTINS, M. C. et. al., *Senhores da terra. Diário de um agricultor alentejano (1832-1889)*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982.
- MCDONOGH, Gary Wray, *Las buenas familias de Barcelona Historia social de poder en la era industrial*, Barcelona, Ediciones Omega, 1989.
- PERROT, Michelle, "Maneiras de habitar", *História da Vida Privada. Da Revolução à Primeira Guerra*, vol.4, Philipp Ariès e Georges Duby (dir.), Porto, Afrontamento, 1990
- PINHEIRO, J. M. Monarca, *Memória do Liceu*, Évora, 1991.
- PROENÇA, Maria Cândida, e MANIQUE, António Pedro, "Da reconciliação à queda da monarquia", *Portugal Contemporâneo 1851-1910*, (António Reis dir.), Lisboa, Alfa, 1991.
- ROQUE, João Lourenço, "Coimbra de meados do séc. XIX a inícios do séc. XX. Imagens de sociabilidade urbana", *Revista de História das Ideias*, vol. 12, 1990.
- SANTOS, Fernando Piteira, "Direito de associação", *Dicionário de História de Portugal*, vol.I, Porto, Figueirinhas, 1984.
- SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos, "Sociabilidade, comunicação e aprendizagem", *Portugal Contemporâneo 1820-1851*, (António Reis dir.), Lisboa, Alfa, 1990.
- SIMMEL, Georg, *Sociologie et Épistemologie*, Paris, P.U.F., 1981.
- Sociétés et sociabilité au XIX^e siècle*, Colloque A l'Université de Lausanne, Lausanne, 1986
- THELAMON, Françoise (dir), *Sociabilité, Pouvoirs et Société* (Actes du Colloque de Rouen 24/26 Novembre 1983), Rouen, Université de Rouen, 1987.